

*Informativo Adusp - Qual a sua avaliação sobre os debates ocorridos na reunião?*

*Paolo Zanotto* - Não houve debates. foram lidas cartas de repúdio que tinham sido antemão publicadas pelo ICB eu li uma resposta redigida em 3 dias úteis. Poucas pessoas se manifestaram. As mais de 50 cartas de apoio enviadas de vários lugares do mundo, enviadas para a Diretoria do ICB e para o Reitor da USP, não foram divulgadas para a Congregação de antemão. No entanto, deixaram (por solicitação de meu advogado) que fosse lida uma carta de suporte enviada por alunos da pós do meu laboratório.

Um evento positivo durante a reunião foi que o Sr. Edison Miranda do SINTUSP se prontificou em me deixar falar com os funcionários da USP acerca de opções de tratamento ambulatorial uma vez que ao redor de 40 funcionários (efetivos e terceirizados), 6 docentes e um aluno já morreram, enquanto grupos por ideologia e ignorância condenam outros à morte demonizando tratamentos em uso em mais de 25 países do mundo com sucesso.

*- O sr. considera que pôde expor seus pontos de vista de maneira livre, “sem qualquer pressão ou restrição da palavra”, como definiu a direção do ICB em nota publicada no dia 16/7?*

- Pude ler minha resposta, mas claramente não houve debate sobre o que apresentei. Dos quase 77 congregantes talvez meia dúzia se manifestaram, mas não em consideração ao que apresentei. Do que ouvi após a reunião poucos tiveram a opinião dos depoimentos que você apresentou aqui.

*- Por que o sr. quis entrar na reunião acompanhado de dois advogados? Considera que a presença de um deles tenha sido suficiente?*

- Na verdade eram 3, mas um só foi autorizado em desacato aos direitos de advogados de exercer suas funções. O número de advogados não é restrito por lei e as pessoas têm o direito de convidar quantos advogados quiserem participar de uma reunião. O seu desconhecimento dos direitos das pessoas é assustador e não pode ser somente explicado pelo seu interesse em me desqualificar.

*- Em linhas gerais e de forma resumida, quais foram os principais pontos que o sr. apresentou em sua fala na reunião?*

- Foi tornada pública pelo ICB e divulgada pela imprensa. Informe-se.

*- De acordo com depoimentos que colhemos de participantes, o sr. e seu advogado tentaram em vários momentos interromper a fala de outros congregantes, especialmente dos representantes discentes na leitura de seus documentos, obrigando inclusive o professor Gustavo a cortar os seus microfones. O sr. tentou intervir em momentos em que a palavra não era sua? Por quê?*

- Estes depoimentos não batem com a verdade. Onde estão as provas disto? Quem foi cerceado foi o advogado que compareceu.

- Também de acordo com as fontes que ouvimos, uma vez que o sr. já tinha conhecimento do teor dos documentos publicados por alunos da graduação e da pós-graduação do ICB, entremeou suas considerações sobre esses documentos com comentários depreciativos, “ofensivos e debochados” (nas palavras de uma testemunha) em relação aos estudantes. O que o sr. pode dizer a respeito?

- Isto não é verdade e o Sr. não apresentou provas disto.

- Em vídeo que gravou antes da reunião, o sr. a qualifica como “monkey trial”. Por que utilizou essa expressão?

- Porque vários processos administrativos na USP não respeitaram o meu direito ao contraditório e à ampla defesa. Informe-se sobre o sentido da expressão “monkey trial” antes de inventar narrativas.

- No mesmo vídeo, o sr. diz: “Esse é o nível de operação dessa Universidade de São Paulo” e “é isso que a Universidade de São Paulo se tornou neste momento”. Pode explicar com mais detalhes o que o sr. quis dizer com essas frases em relação à USP?

- Vide as respostas acima.

- O sr. também diz que tentaria gravar a reunião para que ela pudesse ser assistida pelas pessoas a quem se dirigia no vídeo. O sr. e seu advogado gravaram a reunião? Pretendem divulgar a gravação ou utilizá-la para outros fins?

- É direito constitucional e justificado particularmente pelas suas perguntas eivadas de tendenciosidade e desinformação. Imagine se não houvesse fatos para contrariar sua narrativa?

- Depois da reunião, o sr. publicou em seu twitter um print do chat expondo o nome de uma professora, que passou a ser atacada nas redes e a receber e-mails com ataques e intimidações, uma vez que seu e-mail também foi exposto nas redes. Na nota do dia 16, a direção do ICB diz: “Lamentamos e repudiamos o uso indevido, inapropriado e não autorizado de cópia de um trecho do seu ‘chat’ para tentar desqualificar a instituição e seus representantes”. O que o sr. tem a dizer a respeito?

- Não divulguei o e-mail desta senhora. Esta docente expulsava meus estudantes de refeitórios no ICB-IV; arrancou limpador de parabrisas de automóvel de um docente, tratou mal funcionários, tentou impedir pesquisa com roedores que possibilitou entendimento da microcefalia e o desenvolvimento de vacinas para a Zika. Durante a reunião não deliberativa ela encaminhou propostas para serem votadas no intuito de iniciar outras sindicâncias, mesmo após eu ter apresentado evidências e acusações sérias de condutas com relação a alunos e em procedimentos administrativos na USP. Ela desprezou os argumentos e incitou uma votação de propostas em uma reunião não deliberativa. Nas cópias dos chats da reunião fica claro que quem contestou as 2 propostas dela foi meu advogado.